Reunião, Análise, Difusão de Informação sobre Saúde

RADIS dados 4

Escola Nacional de Saúde Pública – FIOCRUZ

Ano I / Abril de 1983

Emprego e desemprego recentes

As dificuldades para medir e interpretar o desemprego num país subdesenvolvido como o Brasil podem ser ilustradas com particular clareza por um curioso fato que ocorreu ao longo do ano de 1982: apesar da crise enfrentada pela economia, a taxa de desemprego apresentou quedas consideráveis durante todo o ano. Tomemos, por exemplo, o caso da cidade do Rio de Janeiro. A taxa de desemprego, que atingia 97% em janeiro de 1982, caiu para 3,94% em dezembro do mesmo ano. Teriam melhorado as condições de emprego? Como terá sido possível a ocorrência desta diminuição do desemprego ao mesmo tempo em que a crise econômica se acentuou?

Para responder a estas questões é preciso que se entenda o funcionamento do mercado de trabalho numa economia como a brasileira. Em linhas gerais, podemos afirmar que existem dois mercados de trabalho. No primeiro, chamado mercado "formal", predominam relações tipicamente capitalistas. Os trabalhadores são assalariados, e seus direitos trabalhistas razoavelmente respeitados. A remuneração mínima pela jornada de trabalho é o salário mínimo. Os empregadores são as empresas ou o governo.

Paralelamente, existe o mercado "informal" de trabalho, onde encontramos os empregados de pequenas empresas que não respeitam a legislação trabalhista, os trabalhadores por conta própria, as empregadas domésticas, etc.

O nível de emprego no mercado formal depende diretamente do nível de produção. Quanto maior for este último, maior será o número de pessoas empregadas no mercado formal de trabalho. Quanto ao mercado informal, contará com um número maior ou menor de participantes dependendo do nível de emprego no mercado formal.

Tabela 1

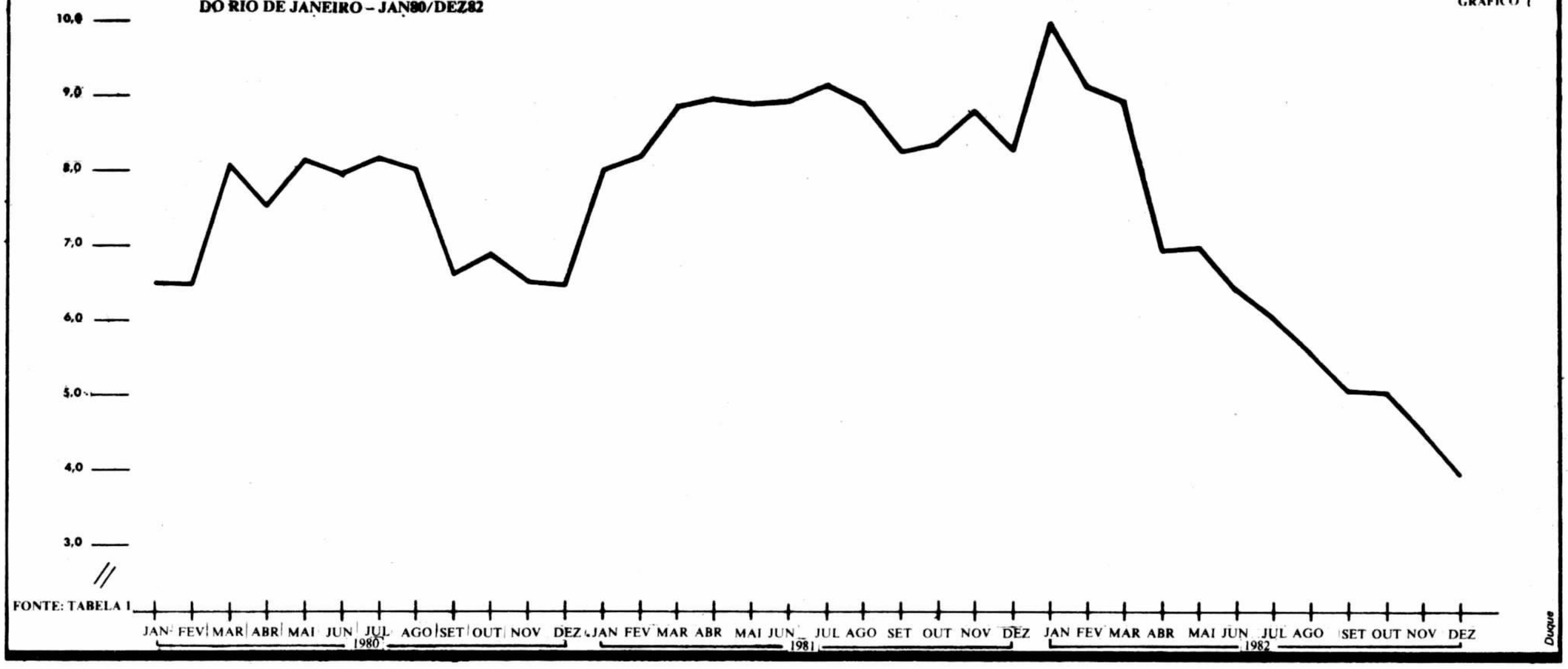
Taxas de desemprego por região metropolitana
janeiro 1980/dezembro 1982

Mês	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Jan/80	–	–	–	6,48	5,90	–
Fev	–	–	–	6,47	6,10	–
Mar	–	–	–	8,08	6,57	–
Abr	–	–	8,51	7,51	5,78	4,61
Mai	–	–	7,74	8,12	5,85	4,61
Jun	6,95	7,83	7,83	7,96	5,38	4,94
Jul	7,05	7,60	7,30	8,16	5,27	4,83
Ago	7,54	7,45	7,65	8,00	5,21	4,89
Set	7,21	7,71	7,12	6,61	5,35	4,77
Out	6,64	6,46	7,69	6,87	5,24	4,42
Nov	6,46	6,14	7,51	6,51	5,15	3,97
Dez	5,81	6,40	7,08	6,47	4,36	3,90
Jan/81	8,18	8,57	9,58	7,99	7,26	4,80
Fev	7,94	8,33	10,18	8,17	7,49	6,12
Mar	8,80	9,14	9,95	8,85	7,47	6,79
Abr	8,97	9,78	9,69	8,94	7,78	6,48
Mai	9,57	9,86	9,55	8,88	7,30	6,38
Jun	8,52	9,65	8,98	8,91	7,15	5,96
Jul	9,20	9,91	8,81	9,12	7,49	6,06
Ago	9,72	9,24	9,03	8,88	7,85	6,48
Set	8,96	8,39	8,21	8,25	7,27	5,89
Out	8,67	8,51	7,78	8,33	6,92	5,20
Nov	7,75	8,46	8,21	8,78	7,05	5,05
Dez	7,04	8,63	7,71	8,25	6,01	4,40
Jan/82	9,46	9,29	9,50	9,97	8,96	6,25
Fev	8,81	8,32	8,29	9,11	7,90	6,57
Mar	9,06	7,54	9,01	8,91	8,07	6,22
Abr	8,29	6,86	7,21	6,93	6,45	5,95
Mai	7,99	5,75	6,87	6,97	5,40	5,22
Jun	7,45	5,32	6,41	6,40	5,25	4,79
Jul	7,93	5,99	6,59	6,05	5,43	5,09
Ago	6,99	5,79	6,38	5,59	5,71	5,55
Set	6,82	5,69	5,76	5,06	5,57	5,01
Out	6,36	5,38	6,20	5,02	4,90	4,64
Nov	6,17	4,86	5,79	4,51	4,50	4,18
Dez	4,65	4,46	5,71	3,94	3,61	3,57

Fonte: IBGE
Obs.: Considera-se apenas a população com 15 anos de idade ou mais

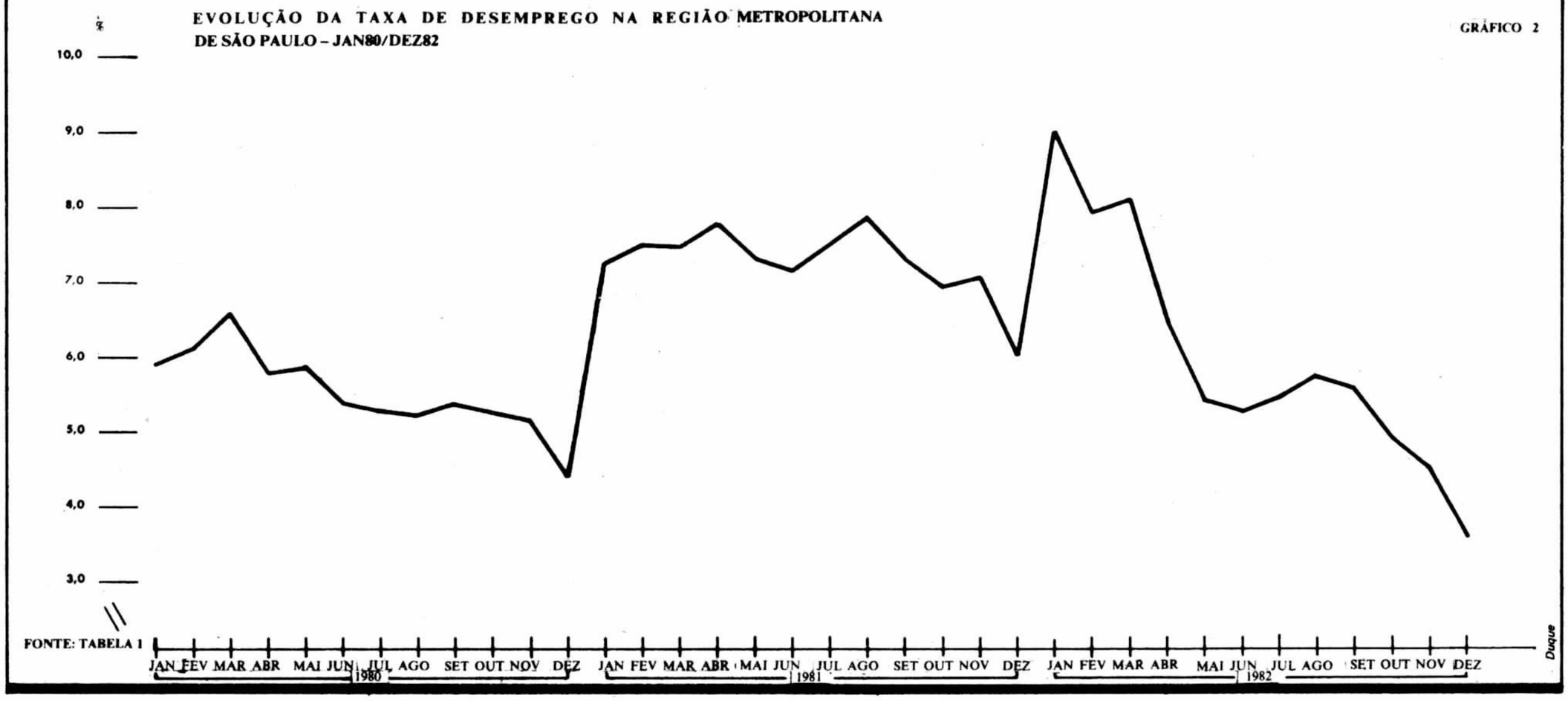
EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO – JAN80/DEZ82

GRÁFICO 1



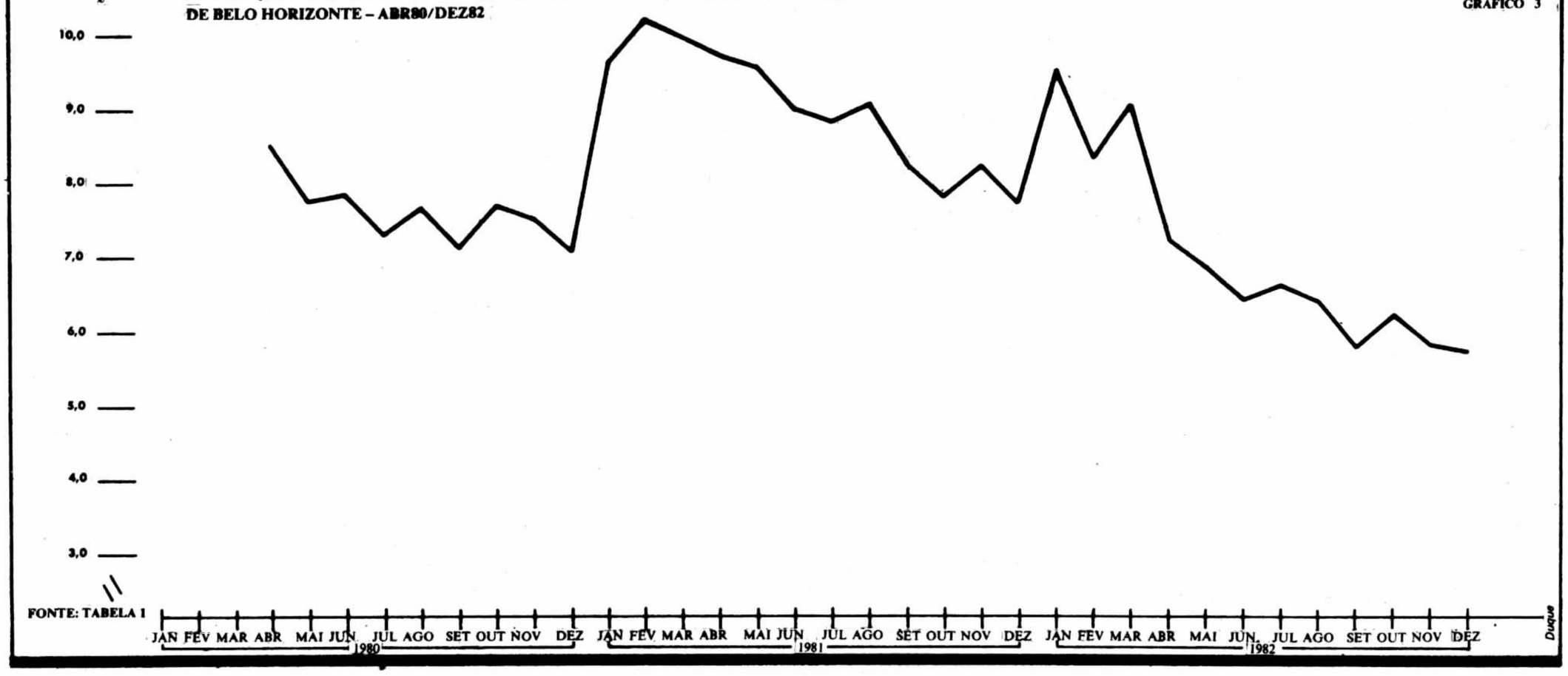
EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO – JAN80/DEZ82

GRÁFICO 2



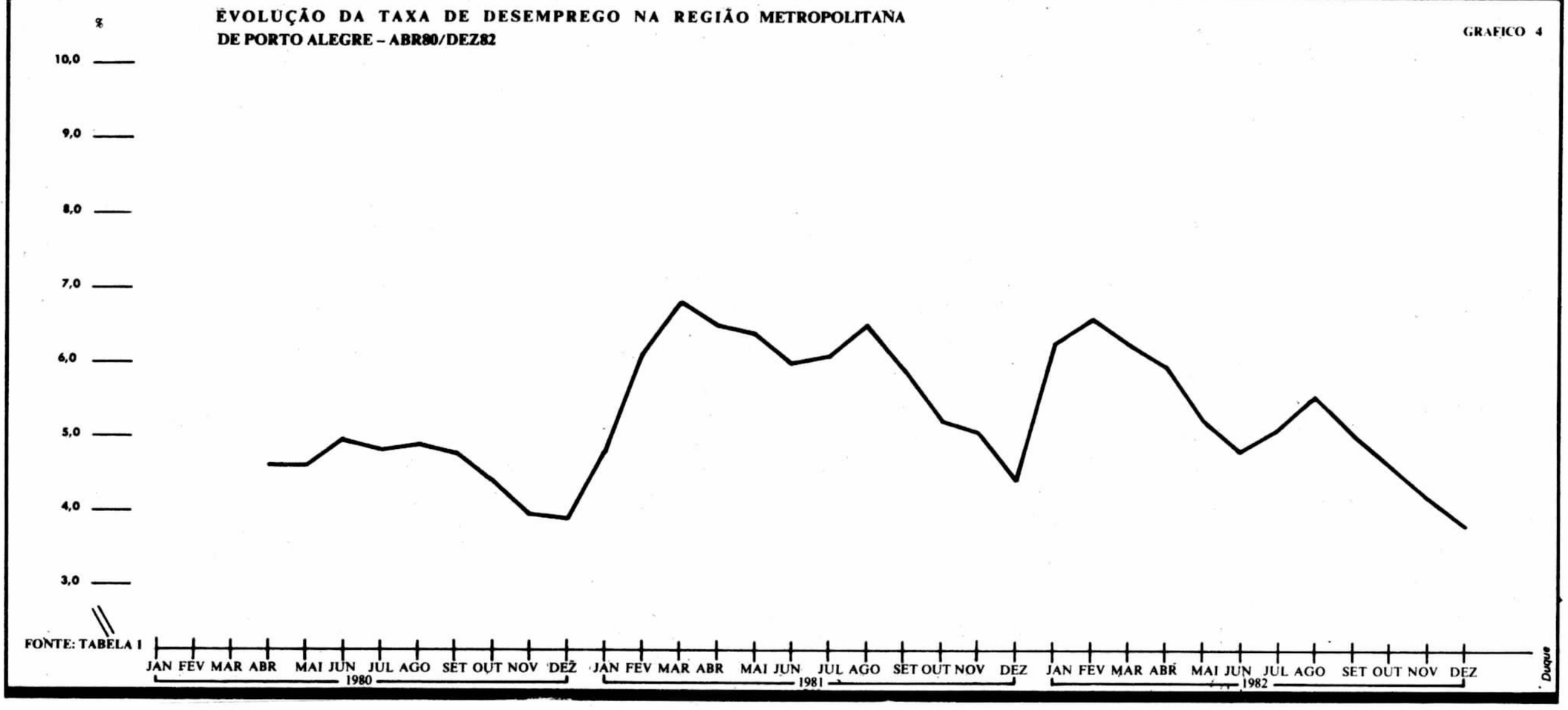
EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE – ABR80/DEZ82

GRÁFICO 3



EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA
DE PORTO ALEGRE – ABR80/DEZ82

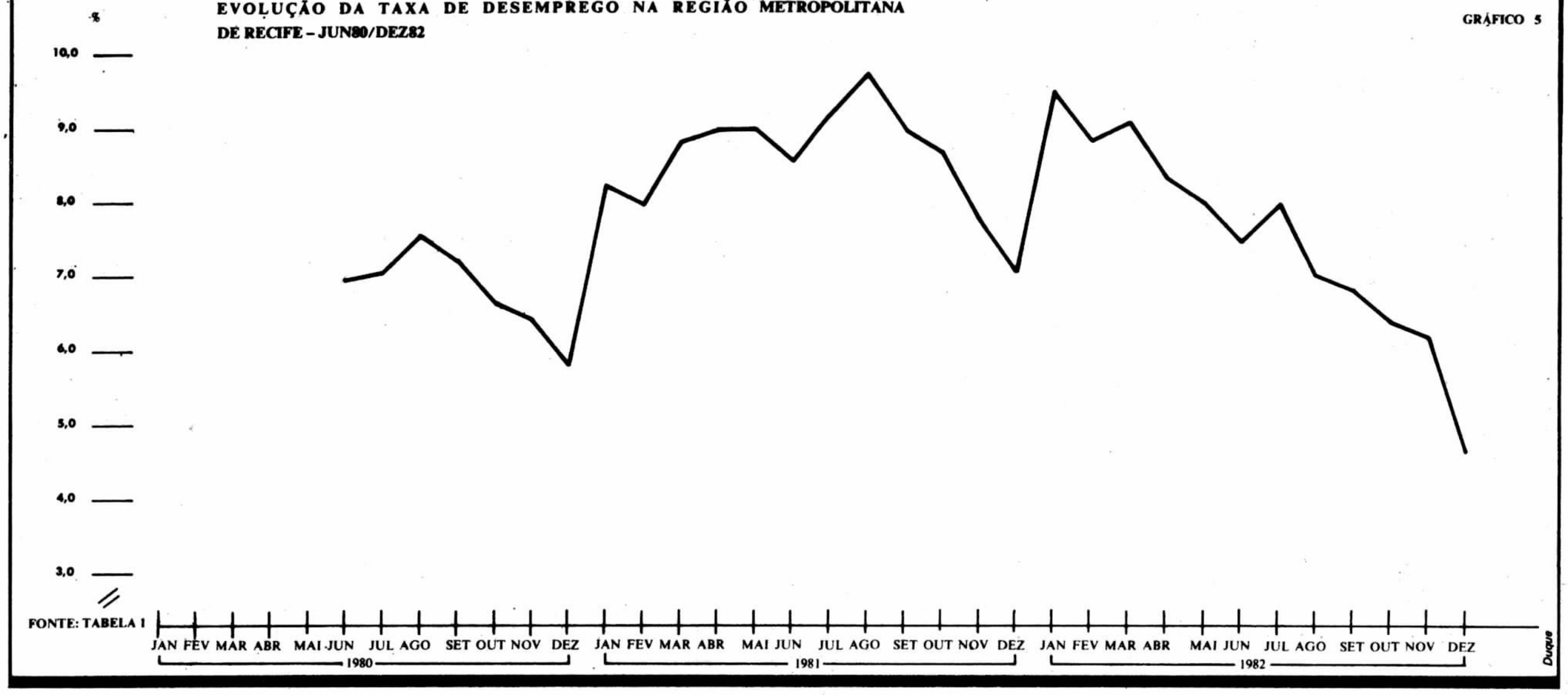
GRAFICO 4



FONTE: TABELA 1

EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA
DE RECIFE – JUN80/DEZ82

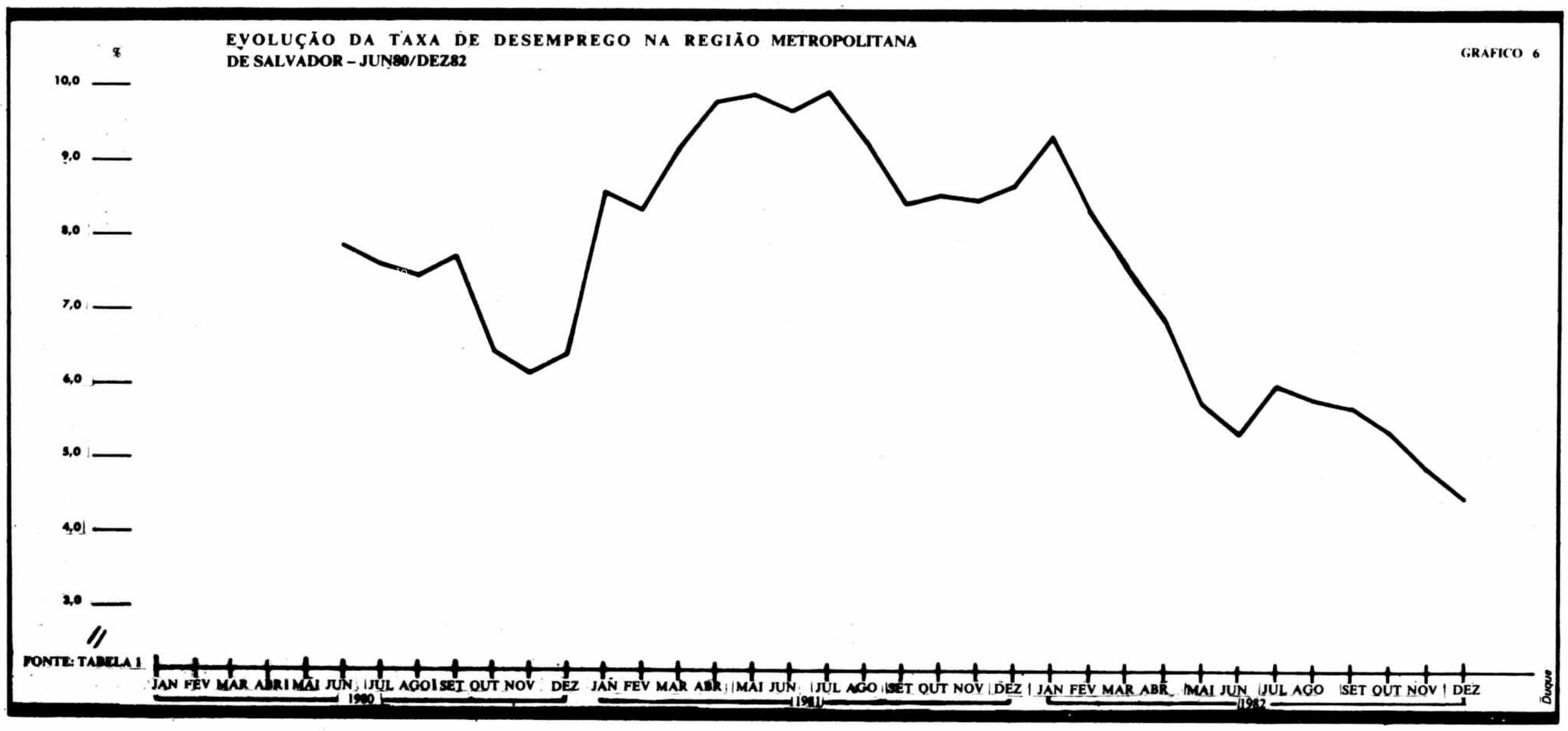
GRÁFICO 5



FONTE: TABELA 1

EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA
DE SALVADOR – JUN80/DEZ82

GRAFICO 6



FONTE: TABELA 1

Assim, quando a economia passa por uma fase de crescimento, aumentam as oportunidades de emprego no mercado formal. Por outro lado, quando a economia entra em crise, cresce o número de pessoas que participam do mercado informal, com a conseqüente queda no rendimento médio de cada indivíduo.

Desta forma, um trabalhador poderá se encontrar num determinado momento empregado no mercado formal, passando posteriormente para o mercado informal. Possivelmente, esta transição não se fará diretamente, ocorrendo um período intermediário em que o trabalhador fica desempregado.

Em uma economia como a brasileira, o indivídio não pode ficar desempregado durante muito tempo. Se ele se encontra no mercado formal e perde o emprego, pode, numa primeira etapa, permanecer desempregado e sobreviver com os recursos do FGTS. Todavia, logo a seguir ele é obrigado a ingressar no mercado informal, uma vez que não existe no Brasil o salário desemprego. Possivelmente, ao fazer esta passagem, o trabalhador sofrerá uma diminuição dos seus rendimentos e sua situação se tornará mais precária do que a que tinha no mercado formal. (Para o leitor interessado numa discussão mais desenvolvida sobre as questões aqui apresentadas, sugerimos o livro **O que são empregos e salários,** de Paulo Renato de Souza,

● **DADOS** é uma publicação do projeto Reunião, Análise, Difusão de Informação sobre Saúde (RADIS), desenvolvido pela Escola Nacional de Saúde Pública – Fundação Oswaldo Cruz, com o apoio da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). As opiniões aqui expressas não representam necessariamente a posição oficial da instituição. **Colaboraram neste número:** Gustavo F. Bayer, Paulo Sérgio Souto, Sergio Goes de Paula (coordenador do projeto RADIS). **Consultoria especial:** João M. Sabóia. **Diagramação:** Andrei Bastos. **Gráficos:** Ângela Duque. **Composição e montagem:** Editora Semente. **Impressão:** Escola Nacional de Saúde Pública. **Distribuição dirigida.**

● Os interessados em receber esta publicação deverão dirigir-se ao Projeto RADIS – Rua Leopoldo Bulhões, 1480 – 21.041 Rio de Janeiro, RJ.

Tabela 2
Índices de sub-remuneração

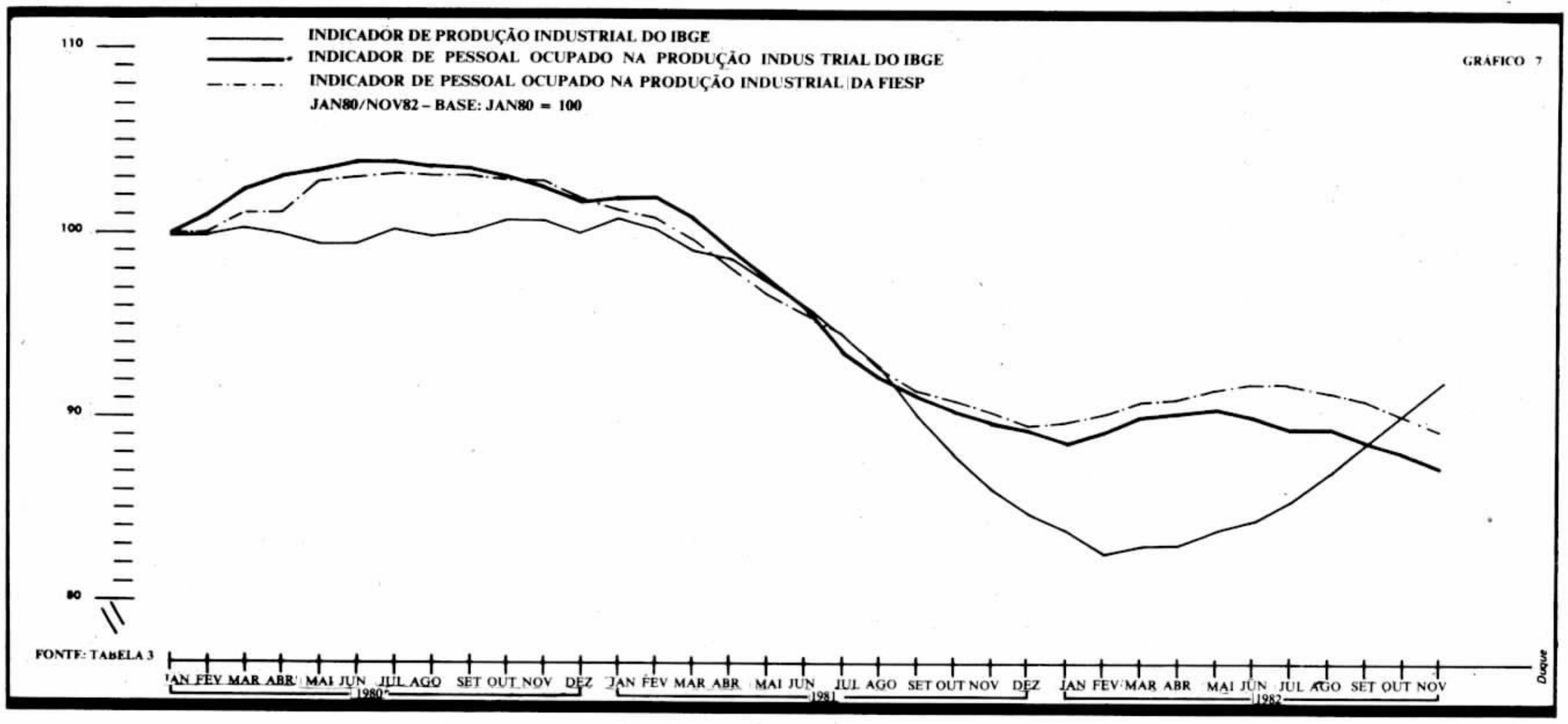
Mês da Pesquisa	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Maio	12,63	13,15	10,55	6,58	3,92	4,02
Junho	15,01	16,86	15,34	10,25	9,03	7,60
Julho	13,39	13,75	12,56	9,26	6,47	5,49
Agosto	13,42	13,51	11,73	8,54	5,99	5,43
Setembro	12,86	12,59	10,66	7,64	5,30	4,84
Outubro	12,18	11,49	9,79	7,06	4,93	4,12
Novembro	11,50	10,83	9,89	6,65	3,88	3,92
Dezembro	16,01	17,17	14,06	10,25	7,19	6,19

Fonte – IBGE

Tabela 3
Indicadores de pessoal ocupado na produção industrial do IBGE e da FIESP e indicador da produção industrial do IBGE janeiro 1980/novembro 1982

Mês	Pessoal ocupado		Produção industrial
	IBGE	FIESP	IBGE
Jan/80	100	100	100
Fev	100,9	100,5	100,1
Mar	102,3	101,5	100,4
Abr	103,0	101,9	100,1
Maio	103,4	102,8	99,7
Jun	103,8	103,0	99,8
Jul	103,8	103,2	100,3
Ago	103,6	103,1	99,9
Set	103,5	103,1	101,0
Out	103,1	102,9	100,8
Nov	102,5	102,8	100,8
Dez	101,7	101,9	101,0
Jan/81	101,8	101,3	100,9
Fev	101,8	100,8	100,3
Mar	100,9	99,6	99,1
Abr	99,2	98,1	98,7
Maio	97,5	96,7	97,5
Jun	96,0	96,6	96,1
Jul	93,7	94,5	94,4
Ago	92,2	92,6	92,9
Set	91,2	91,4	90,1
Out	90,4	90,9	88,0
Nov	89,8	90,3	86,2
Dez	89,4	89,5	84,8
Jan/82	88,7	89,7	84,0
Fev	89,2	90,1	82,7
Mar	90,1	90,8	83,1
Abr	90,3	90,9	83,2
Mai	90,7	91,5	84,0
Jun	90,1	91,8	84,7
Jul	89,6	91,7	85,6
Ago	89,4	91,3	87,1
Set	88,8	90,9	88,7
Out	88,2	90,0	90,4
Nov	87,3	89,2	92,1

Fontes: IBGE e FIESP
Obs.: Para pessoal ocupado utilizou-se o indicador de base fixa, que mostra a evolução mensal do nível de emprego; para a produção industrial utilizou-se o índice acumulado de 12 meses, que compara a produção acumulada nos doze meses anteriores com igual período imediatamente anterior.



publicado pela Editora Brasiliense, em 1981).

Estas observações já podem nos dar, em primeiro lugar, uma medida da dificuldade de se interpretar a taxa de desemprego no Brasil. Como é fácil imaginar, as ocupações nos dois mercados de trabalho são bastante distintas, de forma que, a uma mesma taxa de desemprego, podem estar associadas situações bastante diversas.

Em segundo lugar, podemos interpretar a queda da taxa de desemprego registrada em 1982 como um ajustamento posterior à recessão de 1981. Numa primeira etapa, os trabalhadores que perderam seus empregos ficaram desempregados, elevando-se por conseguinte as taxas de desemprego. A proporção, porém, que, em seguida, foram sendo absorvidos pelo mercado informal de trabalho, paralelamente foram baixando as taxas de desemprego ao longo de 1982.

Passamos, a seguir, a uma análise das formas de medir emprego e desemprego no Brasil, procurando relacioná-las com a evolução da economia nos últimos três anos. Serão apresentadas as taxas de desemprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os indicadores de pessoal ocupado na indústria do IBGE e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e os índices de emprego do Serviço de Informação Nacional de Emprego (SINE), do Ministério do Trabalho.

Taxas de desemprego

As primeiras taxas de desemprego foram produzidas no país em janeiro de 1980. Inicialmente foram consideradas as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo posteriormente incluídas Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador.

Estas taxas são calculadas mensalmente pelo IBGE, e mostram o chamado "desemprego aberto" nessas seis regiões metropolitanas; a pesquisa é realizada através de amostragem de domicílios, e com isso determina-se o percentual de desempregados da população economicamente ativa. (Ver DADOS 3).

Cabe observar que o IBGE só considera como desemprego aquelas pessoas que tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho na semana anterior à pesquisa. Desta forma, além das dificuldades mencionadas acima com relação à interpretação da taxa de desemprego numa economia subdesenvolvida como a nossa, a taxa do IBGE, pelo modo como é construída, tende a subestimar a verdadeira taxa de desemprego.

A tabela 1 e os gráficos 1 a 6 apresentam a evolução das taxas de desemprego nestas seis regiões metropolitanas desde o início de 1980. Como se pode observar, há uma tendência ao crescimento da taxa de desemprego ao longo de 1981 como conseqüência da recessão ocorrida naquele ano. Em 1982, ao contrário, ela passa a diminuir pelas razões que expusemos acima.

Cabe acrescentar que a partir de 1982 o IBGE introduziu mudanças metodológicas no cálculo da taxa de desemprego, acarretando quedas adicionais e dificultando o acompanhamento da série ao longo do ano.

Aparentemente as taxas de desemprego apresentam um comportamento regular, com um crescimento nos primeiros meses de cada ano e queda nos últimos meses, quando o ritmo da atividade econômica aumenta. Além disso, tendem a ser mais elevadas nas regiões menos desenvolvidas (Recife, Salvador e Belo Horizonte) do que no centro mais desenvolvido do país (São Paulo). O Rio de Janeiro, por sua vez, caracteriza-se por apresentar altas taxas de desemprego, e Porto Alegre tem tido sistematicamente as menores taxas.

O IBGE calcula ainda uma série de outros indicadores de desemprego para as seis regiões metropolitanas selecionadas. Entre esses indicadores, podemos citar: taxa de desemprego para os que procuram trabalho pela primeira vez, taxa de desemprego por grupo de idade, taxas de desemprego por sexo, etc.

Um dos mais interessantes é o índice de sub-remuneração, que mostra o percentual das pessoas ocupadas que trabalham 40 horas ou mais por semana com remuneração inferior a um salário mínimo regional. Em setembro último, por exemplo, de cada 100 pessoas ocupadas em Recife e Salvador, 13 se encontravam nesta precária situação. (Veja tabela 2). Este indicador dá uma idéia da situação do subemprego nestas regiões. De qualquer forma, cabe acrescentar que o subemprego é uma pista muito mais ampla do que a sub-remuneração. Assim, um indivíduo pode receber mais de um salário mínimo mensal estando subempregado, ou trabalhar menos de 40 horas semanais também sendo subempregado. Para exemplificar podemos citar uma pesquisa realizada pelo DIEESE na região metropolitana de São Paulo que constatou no segundo semestre de 1981 uma taxa de subemprego de 18,4%. Nesta mesma época o índice de sub-remuneração do IBGE se situava em torno de 9%.

Indicadores de pessoal ocupado na indústria

Tanto o IBGE quanto a FIESP publicam mensalmente indicadores de pessoal ocupado na produção industrial. A importância destes indicadores se deve ao fato de que a indústria constitui o núcleo dinâmico de desenvolvimento econômico, sendo responsável por significativa parcela do mercado formal de trabalho.

Tais indicadores são construídos a partir de levantamentos efetuados em amostras de estabelecimentos industriais. No caso do IBGE, por exemplo, são pesquisados os maiores estabelecimentos, cobrindo-se praticamente todo o país. Já a FIESP limita-se a pesquisar a indústria de São Paulo, indiscutivelmente o principal pólo industrial do Brasil.

O IBGE apresenta os indicadores para a indústria extrativa mineral e para a indústria de transformação em dezesseis de seus gêneros, assim como um indicador geral para o conjunto industrial. Além disso, os indicadores são calculados e publicados sob cinco modalidades distintas: indicador de base fixa, indicador acumulado no ano, indicador acumulado de 12 meses, indicador mês a mês e indicador mensal. (Para maiores detalhes sobre estes indicadores, sugerimos consultar, por exemplo, a publicação **Indicadores IBGE**, vol. 1, número 1, IBGE, Rio de Janeiro, novembro de 1982). Os indicadores da FIESP são semelhantes aos do IBGE, excluindo, todavia, a indústria extrativa mineral, e considerando apenas onze gêneros da indústria de transformação. Por outro lado, a FIESP apresenta um indicador de horas trabalhadas na produção.

Na tabela 3 e no gráfico 7, estão os indicadores mensais de emprego do IBGE e da FIESP para o período janeiro de 1980 – novembro de 1982. É impressionante a semelhança que se pode observar no comportamento dos dois índices. Como se pode verificar, após um comportamento aproximadamente estável em 1980, o indicador de emprego industrial entra em declínio acentuado durante 1981, estabilizando-se em 1982 num nível bastante inferior ao ano 1980. Segundo o IBGE, houve uma queda de 12,1% no emprego industrial no país ao longo de 1981. Já a FIESP apresenta uma queda de 12,2% em São Paulo.

Também pela tabela 3 e no gráfico 7, pode-se acompanhar a evolução do indicador da produção industrial do IBGE. (Os indicadores de pessoal ocupado na produção do IBGE e da FIESP aqui utilizados são os de base fixa. Mas para o indicador de produção do IBGE, preferimos usar o indicador acumulado de 12 meses. A razão para esta opção se deve ao fato de o indicador de produção de base fixa apresentar um comportamento muito instável).

Como se pode notar, a queda do nível do emprego industrial segue o mesmo comportamento da queda do nível da produção, embora num ritmo mais moderado. Este resultado confirma nossos comentários iniciais, em que afirmamos que o nível de emprego no mercado formal está determinado pelo nível de produção.

Outros indicadores de emprego

O indicador mais completo de emprego existente no país é produzido pelo Serviço de Informação Nacional de Emprego (SINE) do Ministério do Trabalho. Da mesma forma que o IBGE e a FIESP, o SINE levanta as informações de emprego através de amostras formadas por estabelecimentos. Neste caso, entre-

Tabela 4

Indicadores de emprego do SINE – São Paulo

janeiro 1980/dezembro 1982

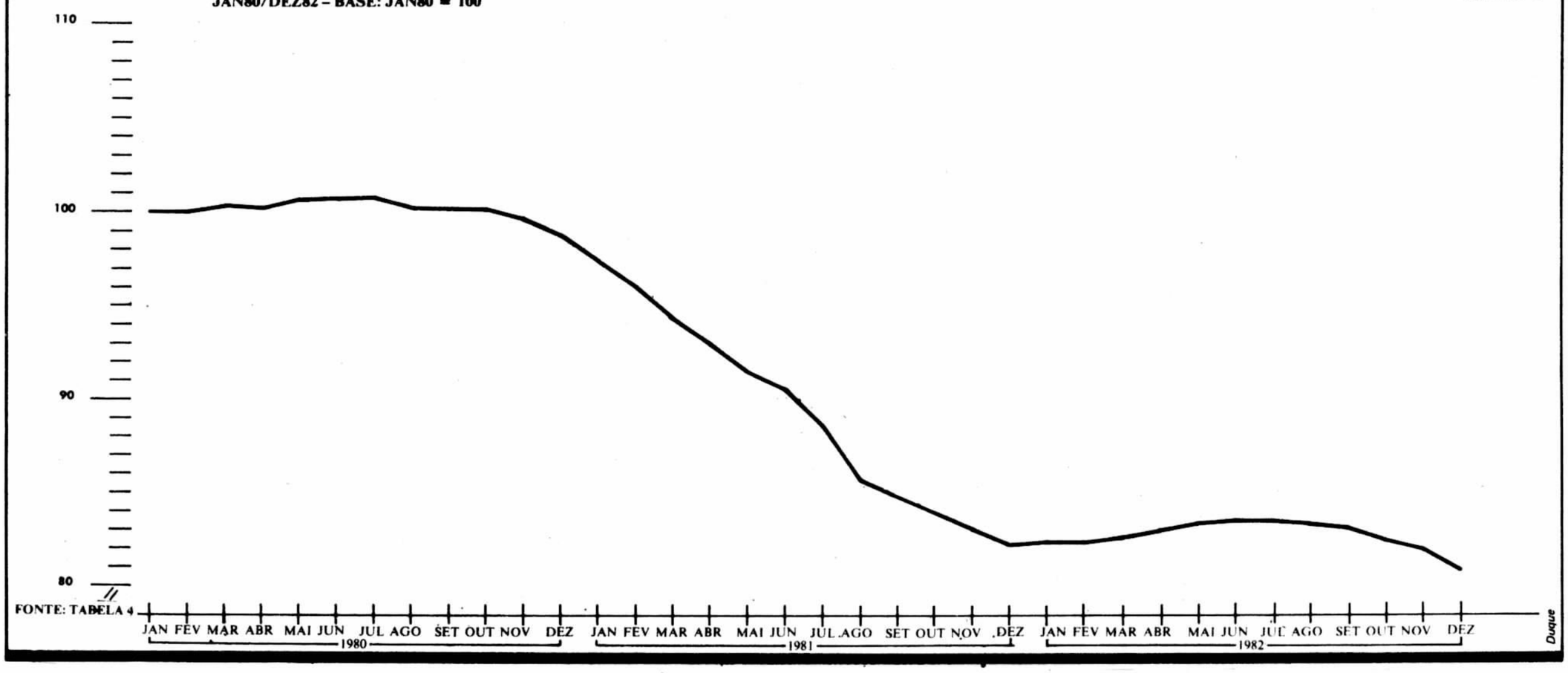
Base: Janeiro de 1980 = 100

Mês	Geral	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços
Jan/80	100	100	100	100	100
Fev	100,0	99,9	99,9	100,6	100,7
Mar	100,2	100,2	99,5	101,2	100,4
Abr	100,2	100,1	101,3	100,9	100,7
Mai	100,5	100,5	101,1	101,3	101,0
Jun	100,7	100,6	100,7	101,6	101,3
Jul	100,7	100,7	101,8	101,6	101,0
Ago	100,4	100,2	101,9	102,1	100,9
Set	100,3	100,2	98,3	103,7	100,9
Out	100,4	100,1	97,4	105,6	101,0
Nov	100,3	99,7	95,9	108,8	101,2
Dez	99,4	98,7	92,9	110,8	100,9
Jan/81	98,6	97,4	93,8	104,4	101,0
Fev	97,9	96,0	95,5	104,1	101,5
Mar	97,0	94,3	95,6	103,2	101,7
Abr	96,3	93,0	96,9	102,7	102,2
Mai	95,6	91,6	97,9	103,1	102,4
Jun	94,7	90,5	97,0	102,3	102,2
Jul	93,7	88,7	95,3	101,9	102,4
Ago	91,7	85,6	93,8	101,4	102,3
Set	91,1	84,7	92,7	101,1	102,4
Out	90,7	83,9	93,4	101,7	102,4
Nov	90,4	83,0	91,4	104,5	102,9
Dez	89,6	82,2	88,5	102,3	102,7
Jan/82	89,8	82,3	91,3	101,2	102,9
Fev	89,8	82,3	91,7	100,7	103,3
Mar	90,1	82,5	90,6	100,6	103,7
Abr	90,6	82,9	91,0	101,4	104,6
Mai	90,9	83,3	89,4	101,4	105,3
Jun	90,9	83,4	87,4	99,9	105,6
Jul	91,0	83,4	86,8	99,9	106,0
Ago	91,1	83,2	85,8	100,4	106,9
Set	91,0	83,0	84,4	100,6	107,1
Out	90,7	82,4	84,9	100,9	107,5
Nov	90,6	81,9	84,5	102,9	108,0
Dez	89,6	80,8	79,4	101,7	107,7

Fonte: SINE/MT

INDICADOR DE EMPREGO DO SINE – INDÚSTRIA – SÃO PAULO
JAN80/DEZ82 – BASE: JAN80 = 100

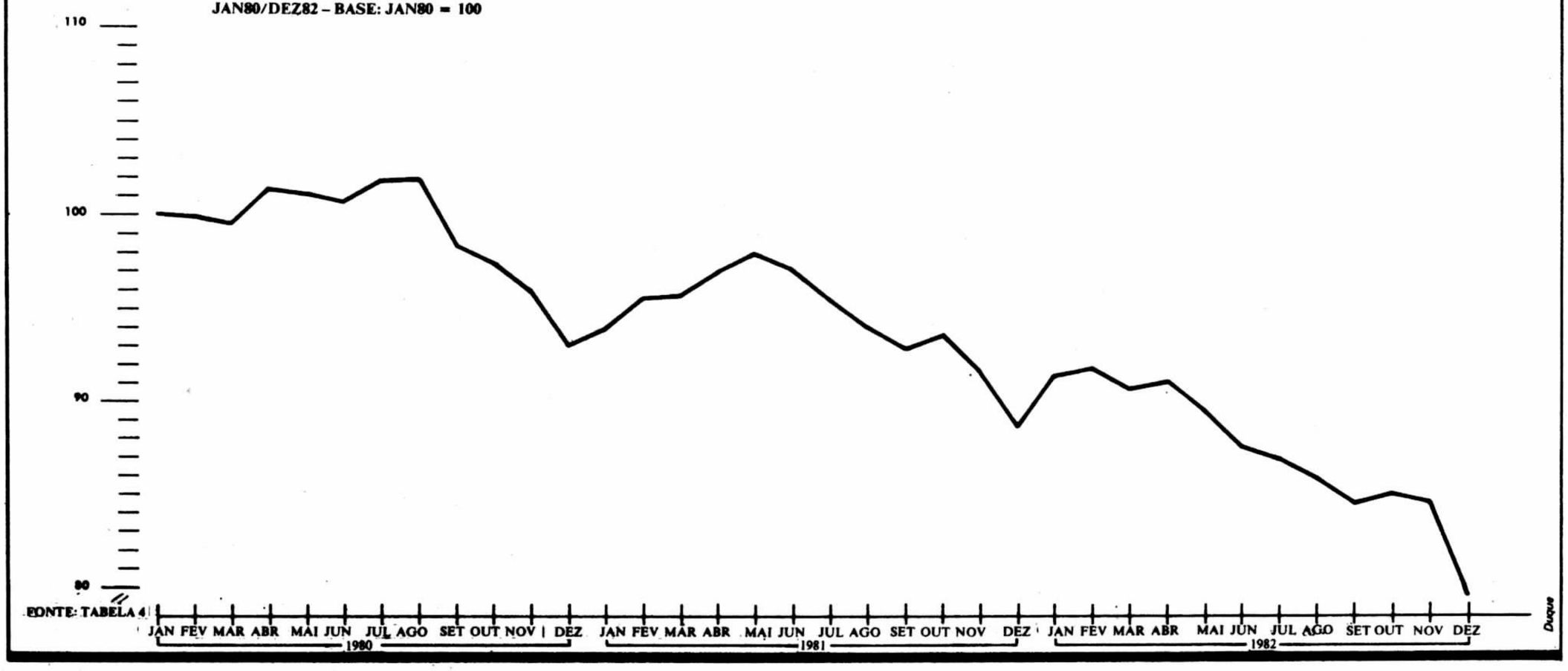
GRAFICO 8



FONTE: TABELA 4

INDICADOR DE EMPREGO DO SINE – CONSTRUÇÃO CIVIL – SÃO PAULO
JAN80/DEZ82 – BASE: JAN80 = 100

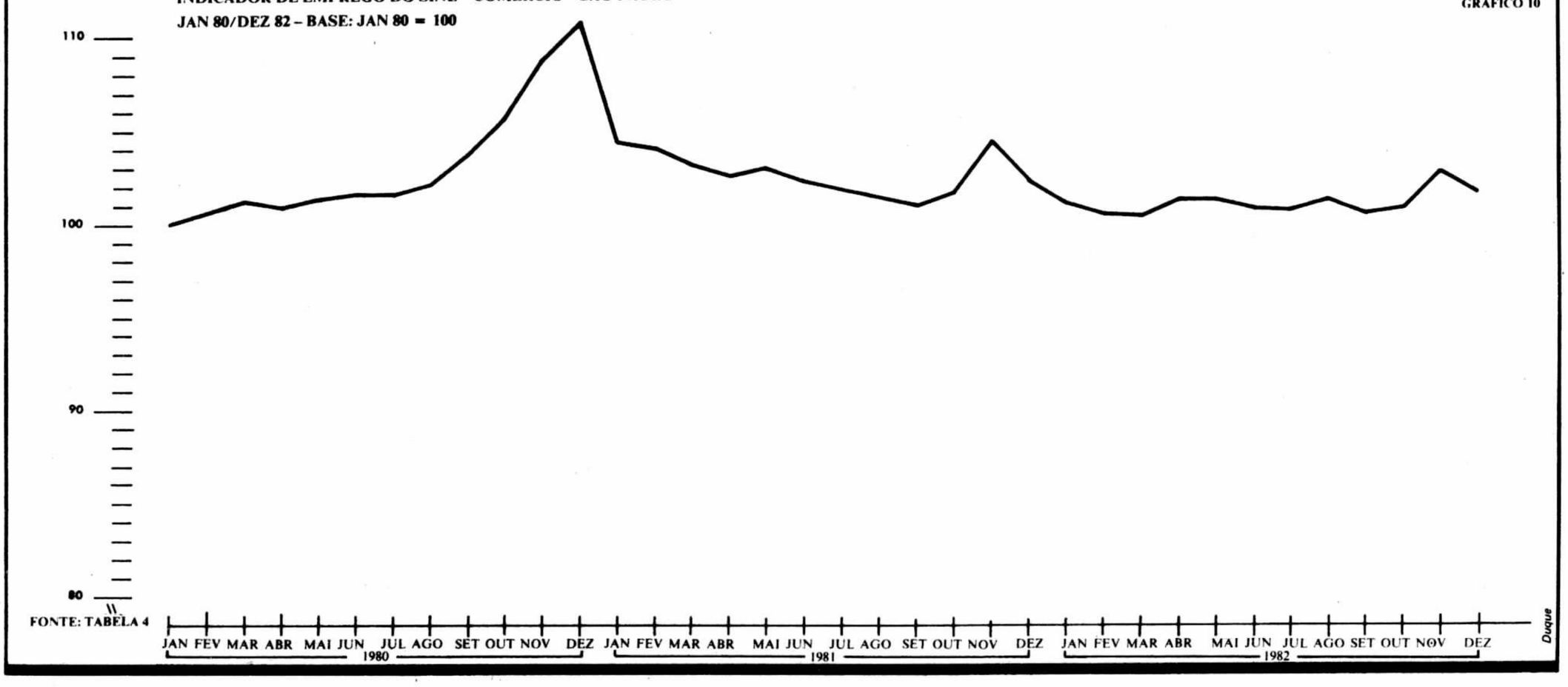
GRAFICO 9



FONTE: TABELA 4

INDICADOR DE EMPREGO DO SINE – COMÉRCIO – SÃO PAULO
JAN 80/DEZ 82 – BASE: JAN 80 = 100

GRÁFICO 10



FONTE: TABELA 4

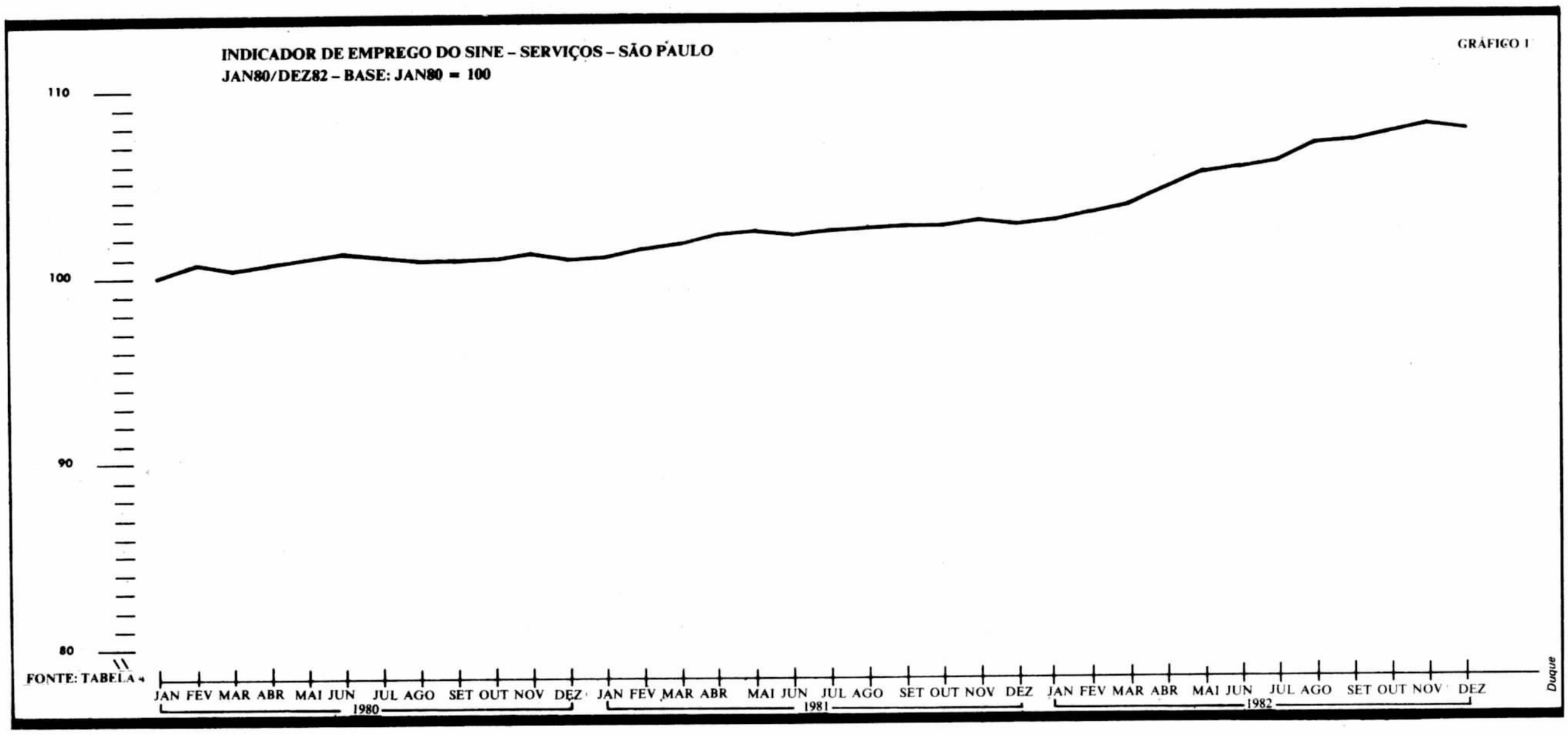
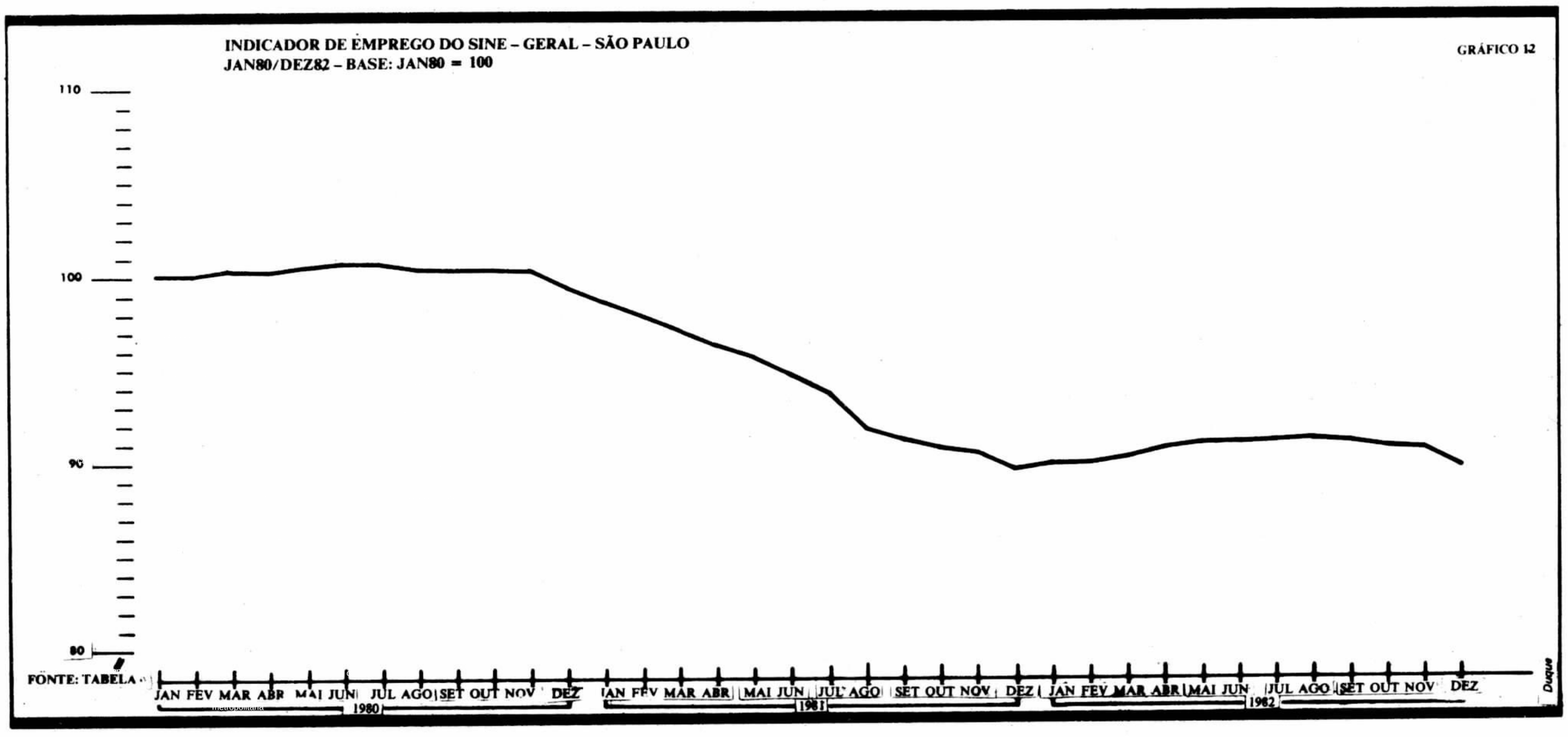
tanto, a cobertura é feita em dezesseis estados do país. Os resultados são apresentados para quatro setores econômicos (indústria, construção civil, comércio e serviços), para as nove regiões metropolitanas do país, para Brasília e para o interior dos estados.

Para ilustrar os dados do SINE, apresentamos os indicadores para a região metropolitana de São Paulo no período janeiro de 1980 a dezembro de 1982. Como se pode verificar, o comportamento é bastante diferenciado segundo o setor considerado (tabela 4 e gráficos 8 a 12).

No caso da indústria, o indicador do SINE mostra uma queda do emprego mais acentuada do que o da FIESP. Ao longo de 1981, registra-se, segundo esse indicador, uma diminuição de 16,7% no nível de emprego na região metropolitana de São Paulo. Durante 1982, ocorre uma discreta recuperação, ou seja, aumento de 1,2% até agosto (gráfico 8).

No caso da construção civil, a queda se inicia em meados de 1980. Em janeiro de 1981, a oferta de emprego já se situava 6,2% abaixo da de janeiro de 1980. Por outro lado, o nível de emprego continuou em declínio durante o ano de 1981, não mostrando qualquer recuperação em 1982. Em dezembro de 1982, apresenta seu menor nível desde o início da série (gráfico 9).

Quanto aos setores do comércio e de serviços, não parece ter ocorrido queda no nível de emprego ao longo do período analisado. É verdade que, no caso do comércio, houve uma queda de 7,3% durante 1981, com estabilização desde então. Mas, no caso dos serviços, pode-se mesmo observar uma lenta, mas contínua elevação desde janeiro de 1981 (gráficos 10 e 11).

No conjunto do emprego levantado pelo SINE (coluna "Geral") verifica-se uma queda em 1981 (9,8%), seguindo-se uma recuperação muito lenta em 1982, de apenas 1,7% até agosto e retomada da tendência de queda nos meses mais recentes (gráfico 12).

Finalizando, podemos afirmar que o setor que mais sofreu com a recessão em termos de diminuição do nível de emprego na região metropolitana de São Paulo foi a indústria, inclusive a da construção civil. Este resultado era esperado, não constituindo portanto nenhuma surpresa, pois, se a indústria é o pólo dinâmico da economia, forçosamente será o setor mais atingido pela crise.